

## JORNAL DE BRASÍLIA

# O caminho do entendimento

Foi um sucesso a primeira tentativa de entendimento, na Constituinte, para garantir a votação e aprovação do preâmbulo e do Título I do projeto da nova Constituição. Como disse o deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara os fatos dessa primeira semana de votação tiveram um efeito até didático, no sentido de mostrar que fora do entendimento não haverá salvação. Ficou provado que nenhum grupo ou partido, isoladamente, dispõe de maioria suficiente (280 votos) para impor o seu projeto. Ou se chega a um projeto pactuado, resultado da fusão de todas as propostas — ou, pelo menos, da maioria delas —, ou a Constituinte não terminará o seu trabalho antes do fim do ano.

Tinha razão o deputado Ulysses Guimarães de estar tão feliz com o desfecho dessa primeira votação. Embora se tratasse da aprovação de uma parte adjetiva do texto, o resultado da votação deverá se refletir no comportamento dos diversos grupos e tendências, facilitando o encaminhamento de títulos mais polêmicos, como, por exemplo, o que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais. E neste título que vão ser definidos os

chamados "Direitos Sociais": estabilidade no emprego, jornada de trabalho e aposentadoria integral.

É possível que o deputado Ulysses Guimarães, nas reuniões deste fim de semana com as lideranças partidárias, já consiga traçar um roteiro da votação mais difícil dos Direitos Fundamentais. Consideram os setores de esquerda — neste ponto, apoiados por setores "centristas" — que a estabilidade é o tema mais delicado da negociação. As esquerdas insistem em manter a proposta aprovada pela Comissão de Sistematização, que proíbe a demissão imotivada, enquanto o Centrão quer garantir aos empresários o direito de demitir, ainda que sujeitos ao pagamento de uma indenização por tempo de serviço.

Configura-se, em relação ao tema estabilidade, uma situação semelhante à ocorrida durante a votação da semana passada. Nem as esquerdas dispõem de 280 votos para manter o projeto da Sistematização, nem os representantes do Centrão parecem seguros de poder aprovar, com 280 votos, a

fórmula da indenização proporcional. Ocorrendo, mais uma vez, a perspectiva de impasse, os dois grupos poderão evoluir para uma terceira alternativa, que consiste em transferir a discussão desse tema para a lei ordinária. Seria uma forma de contornar o impasse sem fazer vítimas, à esquerda e à direita.

Se o resultado da votação do preâmbulo apontou o caminho a ser seguido — o do entendimento —, a votação da semana que se inicia será definitiva, no sentido de demonstrar que esse caminho é viável, mesmo quando estão em debate questões substantivas como os Direitos Sociais. Ainda que não seja possível o entendimento em torno do mérito de determinadas propostas — e a estabilidade é um exemplo disso —, é preciso que haja uma espécie de pacto, entre os diversos grupos, para a definição de um roteiro a ser seguido durante o processo de votação. Como concluiu o deputado Roberto Freire, líder do PCB, ao final da sessão de sexta-feira: "Não será possível um acordo em relação a todas as propostas. O que precisamos é acertar como vamos divergir em plenário."